

## **A mistificação em seu limite último: a fórmula trinitária**

*Juliana Teixeira Brasileiro<sup>1</sup>*

### **RESUMO**

Este artigo analisa a crítica de Marx sobre a “fórmula trinitária”, isto é, a relação entre valor e suas supostas origens na “trindade” terra, capital e trabalho. No capítulo em que trata deste tema, Marx aponta como a fórmula trinitária está envolta em uma mistificação, que oculta as reais origens do valor no processo de produção. O artigo direciona para a mistificação a partir do papel da categoria do fetiche desde o primeiro capítulo de *O Capital* para, posteriormente, retornar à análise da fórmula trinitária ressaltando a continuidade pertinente ao tema em todo o livro.

Palavras-chave: Mistificação; Economia política; Fetiche; Marx

### **ABSTRACT**

This article analyses the Marx's critique on the “trinitarian formula”, i.e., the relation between value and its origins in the “trinity” land, capital and labour. In the chapter where this theme is treated, Marx points out how the trinitarian formula is surrounded in a mystification, which hides the real origins of value in the production process. The article directs to mystification from the role of the fetish category since the first chapter of *Das Kapital* highlighting the continuity of the mystification in all the book.

Keywords: Mystification; Political economy; Fetish; Marx

---

<sup>1</sup> Mestranda em economia no PPGE/UFF.

## 1. Introdução

O capítulo que inicia a sétima e última seção do livro III de *O Capital*, intitulado “a fórmula trinitária”, é o espaço em que Marx trata do valor em relação às suas supostas respectivas fontes de forma mais direta e concisa, ainda que tal conteúdo não tenha sido trabalhado para uma publicação final por Marx. O objetivo do capítulo sobre a fórmula trinitária é evidenciar as contradições das relações econômicas aparentes na fórmula capital-juros, terra-renda fundiária e trabalho-salário. Este tema está presente na leitura de *O Capital* até essa seção: elas são desenvolvidas ao longo dos três livros. Portanto, não se trata de um tema inédito (a mistificação), porém o que se observa nesse ponto da obra é que a fórmula trinitária possui o maior caráter mistificador, isto é, esconde as raízes fundamentais do processo de produção social e, conseqüentemente, distorce a gênese do valor. Todas as relações sociais, o processo de acumulação, a divisão do trabalho etc. desaparecem sob essa expressão última. As diferentes classes do capitalismo, por sua vez, se deparam com essa representação superficial e geralmente não conseguem apreender o que está oculto por trás dela, afinal, a forma última é extremamente distinta dos conceitos a partir do qual foram desenvolvidos. A contradição da fórmula trinitária não se revela misteriosa aos olhos dos agentes práticos, pois estes encaram como natural a dominação do processo de produção sob os homens. O conteúdo, então, permanece envolto em um “véu místico”.

É imprescindível aqui indicar que a aparência não é um simples erro de observação, mas se apresenta dessa forma pelas características específicas do objeto. A aparência é real, assim como a essência, porém, diferente desta, advém de um ponto de vista que, se limitado à sua forma mistificadora, não capta a totalidade social. Somente a essência propicia o entendimento dos nexos internos da realidade e torna possível a compreensão do desenvolvimento do objeto, revelando o porquê dele se manifestar da maneira que o faz (CARCANHOLO, 2003, p. 78). É exatamente essa não correspondência entre essência e aparência que faz a ciência necessária, como afirma Marx nesse mesmo capítulo.

As supostas fontes de valor (capital, terra e trabalho) quando assim esquematizadas na fórmula parecem cooperar na criação de valor, mas pertencem a esferas que não apresentam quaisquer semelhanças. Nesse arranjo, qualquer relação entre as fontes de riqueza é perdida. Os rendimentos, por sua vez, são as formas mais concretas e aparentes do valor, que escondem a essência das relações sociais ao extremo. Diante do exposto, o presente trabalho pretende examinar os escritos de Marx sobre o caráter mistificador da trindade econômica. Para fins de organização, a exposição será dividida em duas partes, para além da introdução e conclusão. A primeira trata de buscar o pilar em cima do qual a mistificação se desenvolve, a saber, o fetiche da mercadoria. A segunda demonstra o

porquê de a fórmula trinitária ser uma fórmula completamente irracional, a partir da análise de cada relação fonte-rendimento.

## 2. A mistificação como desenvolvimento do fetiche

É possível interpretar d'*O Capital* que há uma peculiaridade mistificadora envolta nas fontes de riqueza, apontada exaustivamente na última seção do livro III. Trata-se de um desdobramento feito de categorias presentes desde o livro I, mais precisamente a partir da investigação acerca da mercadoria e do dinheiro. Com o avanço do estudo sobre o funcionamento do modo de produção capitalista, as categorias consideradas desenvolvem-se e tornam-se mais concretas<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo, o nível de mistificação das relações de produção capitalista se amplia até alcançar seu limite último: a trindade econômica capital-juros, terra-renda fundiária e trabalho-salário.

Em nosso exame das categorias mais simples do modo de produção capitalista, e mesmo da produção de mercadorias, ao investigarmos a mercadoria e o dinheiro, já destacamos o caráter mistificador que faz com que as relações sociais, às quais os elementos materiais da riqueza servem como portadores na produção, sejam transformadas em atributos dessas próprias coisas (mercadorias) e, ainda mais explicitamente, a própria relação de produção de uma coisa (dinheiro). Todas as formas sociais, na medida em que conduzem à produção de mercadorias e à circulação do dinheiro, tomam parte nessa distorção. Mas no modo de produção capitalista e no caso do capital, que é sua categoria dominante, sua relação de produção determinante, esse mundo encantado e distorcido se desenvolve com força ainda maior (MARX, 2017, p. 889).

Marx se refere aqui ao fetiche da mercadoria, explicitado na última seção do primeiro capítulo do livro I. Para entendê-lo por completo, é necessário dar um passo atrás e recuperar os argumentos que justificam o surgimento dessa categoria, a contradição entre o valor e o valor de uso da mercadoria.

Marx argumenta no começo de *O Capital* que o valor de uso é determinado pelas propriedades materiais do objeto. Diversas são tais propriedades, portanto, inúmeras são as utilidades que resultam delas. O próprio corpo da mercadoria é um valor de uso e pode satisfazer necessidades humanas de qualquer tipo. Ao usar a mercadoria, o valor de uso é realizado. Já o valor é determinado através da abstração das qualidades sensíveis do produto, isto é, quando não é se consideram as diferentes formas de trabalho específico. Ao abandonar o caráter útil da mercadoria, resta o trabalho humano indiferenciado, o valor.

Os possuidores de mercadorias vão ao mercado em busca da troca quando suas mercadorias não lhe conferem nenhum valor de uso. Cada proprietário quer trocar sua mercadoria por outra que

---

<sup>2</sup> É importante salientar que concreção e mistificação não estão diretamente associadas. Ou seja, nem sempre que a análise está em um nível concreto, significa que o objeto está mistificando-se.

satisfaça suas necessidades. Em um primeiro momento, a relação quantitativa na troca é acidental, mas a intensificação das trocas conjuntamente o aumento da variedade das características específicas do valor de uso elevam cada vez mais o nível de dificuldade na comparação entre as mercadorias envolvidas no processo. Assim, se torna crescente a necessidade de o valor obter uma expressão descolada do valor de uso (MONFARDINI, 2010, p. 05).

Advém dessa contrariedade o valor de troca, simples expressão do valor, que mostra a proporção de troca entre mercadorias, mas não reconhece a condição fundamental para a existência do valor (o trabalho) e tem o valor de uso como sua base material. Em síntese, a troca de mercadorias exige o desenvolvimento da forma valor. Portanto, a mercadoria contém efetivamente trabalho humano, ainda que na imediatividade das relações seja reconhecido aos sujeitos em formas (igualmente efetivas da mercadoria) como o valor de uso e o valor de troca que, por sua vez, mistificam o conteúdo. Ademais, com o aumento da referida complexidade das trocas, produtores passam a reconhecer mercadorias como universalmente aceitas, ou seja, aceitam um equivalente universal, que se torna mercadoria-dinheiro. Logo, essa mercadoria possui dois valores de uso – aquele inerente de suas propriedades materiais e o de ser equivalente universal. Em outras palavras, o valor passa a ter expressão em uma única mercadoria que “representa os valores das mercadorias como grandezas de mesmo denominador, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis” (MARX, 2013, p. 169). Observa-se, então, um salto qualitativo. O dinheiro se torna o modo socialmente adequado de expressar valor.

Apesar do dinheiro não eliminar a contradição entre o valor e o valor de uso, ele dá o corpo que permite a comparação quantitativa de trabalho humano e dá a forma social ao valor, o separando das limitações impostas pela especificidade do valor de uso. O valor, assim, vincula as diferentes mercadorias durante a troca e, por conseguinte, concebe as relações sociais existentes na mesma. O dinheiro, como forma aparente e imediata do valor, eleva ainda mais a mistificação da mercadoria, ocultando ainda mais a essência da mercadoria.

O fetichismo da mercadoria é consequência da contradição examinada acima. O caráter fetichista da mercadoria diz respeito às relações sociais presentes na troca. A mercadoria oculta as propriedades sociais do trabalho dos homens e as apresenta como atributos materiais e propriedades sociais referentes ao produto do trabalho. As mercadorias que medeiam essa relação são, por sua vez, relacionadas com base no valor em sua forma autônoma, como exposto anteriormente. Explicado mais detalhadamente, cada homem trabalha independente do outro e o conjunto desses trabalhos privados é denominado de trabalho social total. Entretanto, a produção social de mercadorias sempre aparece como produção privada, carente de realização (social). Como os produtores travam contato somente durante a troca, é apenas nesse momento que se efetiva o caráter social do trabalho privado.

Verifica-se o fetiche porque essa relação aparece como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas e não como relações sociais entre pessoas e seus trabalhos (JAPPE, 2006).

As características mistificadoras, entretanto, não acabam no fetiche da mercadoria. Mais adiante na exposição, Marx analisa a esfera da produção, momento em que é apresentada a categoria capital, valor em busca de expansão. Todo novo capital entra em cena como dinheiro, que deve ser transformado em capital mediante processo determinado. Com o dinheiro o capitalista compra matérias-primas, meios de produção e força de trabalho<sup>3</sup>, mercadoria que possui a particularidade de ter um valor de uso que é fonte de valor. Como o homem pode trabalhar mais do que o necessário para reproduzir seu valor (necessário para subsistência), além de participar do processo de formação do valor<sup>4</sup> o trabalhador participa do processo de valorização<sup>5</sup>. Esse processo é a produção de mercadoria e do mais-valor.

Por mais que o mais-valor seja produzido no processo de produção, ele só se realiza na venda. Tanto o mais-valor como os valores adiantados dos três componentes do processo de produção (matérias-primas, meios de produção e mão-de-obra) parecem não apenas se realizar na circulação, mas emanar da própria venda. Somado a isso, a busca incessante pelo lucro extraordinário por parte dos capitalistas leva ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, com a finalidade de diminuir o tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias e assim barateá-la. Como resultado está a redução do valor da força de trabalho, pois a diminuição dos preços das mercadorias chega aos produtos de subsistência dos trabalhadores. Dessa forma a mistificação aumenta cada vez mais, pois todo o exposto aparece no processo imediato como sendo fruto da ação do próprio capital<sup>6</sup>.

Ou seja, é possível concluir que as relações reificadas se desenvolvem ao longo da investigação do processo de produção e circulação em *O Capital*, como demonstrado brevemente e culminam, por fim, na fórmula trinitária. Por isso, é possível dizer que a mistificação tem como base o fetiche da mercadoria, que provém da contradição entre o valor e o valor de uso. De fato, todas as contradições encontradas na obra são desdobramentos dialéticos desta, que é considerada base porque é através da qual todas as relações acontecem.

---

<sup>3</sup> É necessário para a transformação de dinheiro em capital que um possuidor de dinheiro se defronte com um possuidor de mercadorias, nos respectivos papéis de comprador e vendedor.

<sup>4</sup> Se o trabalhador tem uma jornada de trabalho equivalente a produção do valor dos meios necessários à sua subsistência, ele produz um equivalente já pago pelo capitalista. Esse seria o tempo de trabalho necessário e é mera reprodução de valor.

<sup>5</sup> Quando o trabalhador tem uma jornada maior que o tempo de trabalho necessário, esse trabalho não cria valor algum para o próprio trabalhador, ele cria mais-valor para o capitalista. Essa parte da jornada é o trabalho excedente.

<sup>6</sup> “(...) o capital já se transforma num ente altamente místico, na medida em que todas as forças produtivas sociais do trabalho aparecem como forças pertencentes ao capital, e não ao trabalho como tal, como forças que têm origem no seu próprio seio” (MARX, 2017, p. 890).

Se a conclusão alcançada aqui é pertinente, é possível reconsiderar algumas interpretações da obra de Marx que sugerem que a temática da mistificação/fetichismo não é consistente com o conteúdo de *O Capital*. Como Kohan (2005, p.4) ressalta, houve um abandono acadêmico da temática do fetichismo a partir do pensamento de Althusser e que abrangeu boa parte da filosofia europeia.

Ainda que este debate não seja o tema central deste trabalho, é importante destacar seu papel na história e rumo do marxismo. A interpretação aqui sugerida reconhece que todo o aprofundamento filosófico de Marx em sua juventude foi ainda mais enriquecido em *O Capital* em momentos como esse, no tratamento do fetiche.

### **3. A irracionalidade da fórmula trinitária**

A terra não pode produzir renda, o capital não pode produzir juros e o trabalho não pode produzir salário. A economia política clássica conseguiu esclarecer um pouco essa questão ao estabelecer que os juros e renda da terra eram somente uma quota do lucro e do lucro médio, respectivamente. Dessa forma estabeleceu-se uma ligação direta entre esses rendimentos e o mais-valor e, conseqüentemente, a distância para descoberta da verdadeira fonte do valor na sociedade capitalista (trabalho) tornou-se menor. Entretanto, nem os mais notáveis representantes dessa escola conseguiram desvendar a fórmula por completo, pois se mantiveram, em algum grau, presos à aparência dos objetos de análise. Por outro lado, essa fórmula ilusória fornece a estrutura que os agentes reais da produção operam diariamente, de forma que ela não os causa nenhum “incômodo”.

As mediações das formas irracionais em que se apresentam e se resumem determinadas condições econômicas não importam nada aos agentes práticos dessas condições econômicas em sua atividade cotidiana, e estes, por estarem acostumados a se mover no interior delas, não ficam nem um pouco escandalizados com isso (MARX, 2017, p. 839).

Em vista disso, é conveniente a economia vulgar<sup>7</sup> acreditar que essa fórmula retrata verdadeiramente a origem da riqueza, pois ela se preocupa apenas em estabelecer a percepção dos agentes práticos. O capital, a terra e o trabalho aparecem como fontes diferentes e separadas que originam três partes do valor anualmente produzido, de onde deriva, assim, o rendimento de cada classe. Ao defender a legitimidade dessa fórmula, a economia vulgar defende, na prática, o interesse das classes dominantes.

---

<sup>7</sup> “Para deixar esclarecido de uma vez por todas, entendo por economia política clássica toda teoria econômica desde W. Petty, que investiga a estrutura interna das relações burguesas de produção em contraposição à economia vulgar, que se move apenas no interior do contexto aparente e ruma constantemente o material há muito fornecido pela economia científica a fim de fornecer uma justificativa plausível dos fenômenos mais brutais e servir às necessidades domésticas da burguesia, mas que, de resto, limita-se a sistematizar as representações banais e egoístas dos agentes de produção burgueses como o melhor dos mundos, dando-lhes uma forma pedante e proclamando-as como verdades eternas” (MARX, 2013, p. 156).

Nas subseções a seguir será apresentado como a fórmula trinitária associa uma forma de inserção específica à uma forma ilusória e como confunde as relações materiais de produção com as formas sociais, determinadas historicamente.

### **3.1 Capital-juros**

O capital é antes de tudo uma relação social historicamente determinada. As mudanças na sociedade se dão pela forma que os indivíduos produzem a vida, que aparece como uma relação dupla, de um lado como relação natural e de outro como relação social. Em outras palavras, a relação material entre os homens depende de suas necessidades, das trocas e da forma de produzir, que sempre mudam, isto é, depende de uma história com base no mundo material e suas condições concretas. Cada estágio da história é diferente do outro, resultado material das interações entre os indivíduos. O capital, portanto, não existe desde sempre e não irá existir para a sempre, isto é, não é uma categoria transistórica. O capitalismo não pode ser naturalizado, é resultado de uma condição social prévia e só pode ser plenamente compreendido ao considerar as condições materiais históricas do seu surgimento e desenvolvimento (LUKÁCS, 2012, p. 355-356).

Por outro lado, o capital não é uma coisa, mas sempre se representa em uma. Ele é o valor que se valoriza continuamente, seja em sua geração na produção ou em sua realização na circulação, devendo obrigatoriamente estar em ambos, simultaneamente, caracterizando a unidade de contrários. No livro II, por exemplo, analisam-se as formas que o capital assume quando em movimento, capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. As formas aparentes, nesse caso o dinheiro, a mercadoria e os meios de produção não são capital em si, mas funcionam como capital. Elas mistificam o conteúdo (o capital), que permanece em meio à mudança, independente da complexidade da concretude.

A fórmula capital-juros retrata uma relação impossível. Entretanto, a economia vulgar tenta encontrar uma solução: ao perceber que é irracional o capital assumido como quantidade de dinheiro produzir mais do que ele próprio vale, a explicação parte, então, para a substância material do capital, a saber, os meios de produção. A solução encontrada pela economia vulgar é irracional, porque uma coisa, um valor de uso, não pode produzir uma relação social, o mais-valor. O mais-valor aqui considerado é apenas uma parcela do valor total produzido, e aparece somente em sua forma mais concreta (juros, que não possui valor), de forma que a relação social é abstraída e a relação com o valor também.

Ser capital aparece agora como forma natural dos meios de trabalho e, por conseguinte, como dotado de um caráter puramente material e proveniente de sua função no processo de trabalho em geral. Portanto, “capital” e “meios de produção produzidos” passam a ser expressões idênticas (MARX, 2017, p. 887).

De acordo com a fórmula, os juros (considerado uma parte dos lucros) são originados, portanto, dos meios de produção. Considera-se os juros na fórmula e não o lucro porque os juros aparecem como produto do próprio capital. O lucro, por sua vez, se reparte em ganho empresarial e juros<sup>8</sup>, sendo o ganho empresarial visto como o salário do capitalista funcionante e juros o ganho do capitalista proprietário<sup>9</sup>. Esses dois tipos de capitalistas são vistos como integrantes de classes diferentes, porque o capitalista funcionante é visto como trabalhador assalariado. Os juros aparecem, assim, separados de qualquer forma de trabalho, seja do trabalhador, seja do capitalista, mistificando inteiramente a origem do mais-valor.

(...) a fórmula “capital-juros” (...) é muito mais razoável que “capital-lucro”, uma vez que o lucro persiste sempre uma lembrança de sua origem, ao passo que, nos juros, ela não é só apagada, mas condensada numa forma firmemente contraposta essa origem (MARX, 2017, p. 892).

Só é possível desmistificar a fórmula totalmente se for estudado como se determinam os lucros<sup>10</sup>. Aqui são apontados alguns elementos mistificadores, segundo Carcanholo (2003). Um capitalista individual considera o lucro como a quantia obtida na venda dos produtos produzidos menos o quanto foi despendido na produção com matérias-primas, salários, depreciação das máquinas e instalações, etc. Esse gasto é chamado de preço de custo, na visão do capitalista, o capital constante mais o capital variável. Na realidade, porém, existe o custo social. O mais-valor não custa ao capitalista, mas custa ao trabalhador, que cria mais-valor no período de trabalho não pago. Confundir o custo real da mercadoria com o custo do capital é mistificação. Além disso, a soma de capital constante e capital variável na definição do preço de custo faz parecer que o lucro é derivado das duas, mistificando mais uma vez a origem do mais-valor. Como ensinado no livro I, o capital constante nada cria no processo de produção, apenas transfere valor. O papel de criar valor é somente do capital variável, a força de trabalho, que modifica seu valor no processo de produção, produz um excedente (CARCANHOLO, 2003).

O que foi dito importa apenas para a formação de preços. Para a produção de mais-valor, no entanto, é necessário o capital total e não somente o desgaste. O capital fixo participa do processo de produção, apesar de não transferir todo o seu valor para a mercadoria e, portanto, não influenciar

---

<sup>8</sup> Após a dedução dos salários e da renda fundiária.

<sup>9</sup> O capitalista proprietário é aquele que empresta o capital para outro pôr em funcionamento. Depois de um certo período de tempo ele recebe em retorno o valor adiantado acrescido de uma parte de mais-valor realizado, isto é, recebe juros, que nada mais é que parte do lucro que o capitalista funcionante recebeu no final do processo. A única função do capitalista proprietário é fazer esse investimento (o empréstimo), enquanto o capitalista funcionante recebe o capital em potencial e o realiza mediante produção e venda de mercadorias.

<sup>10</sup> “(...) o lucro é uma forma transformada do mais-valor, uma forma que sua origem e o segredo de sua existência são apagados. Na verdade, o lucro é a forma de manifestação do mais-valor, tendo este de ser revelado mediante a análise daquele” (MARX, 2017, p. 73).



totalmente em seu preço. A margem de lucro não é em relação ao preço de custo e sim ao adiantamento de capital. O lucro, antes mesmo de se efetivar, já é projetado pelo capitalista, que precisa ganhar mais do que gastou, senão obterá prejuízo. Além disso, se o preço de mercado (influenciado pela oferta e demanda) for maior que o preço do custo, maior ainda será seu lucro (CARCANHOLO, 2003).

O grau de mistificação se eleva ainda mais ao considerar a apropriação do mais-valor. Como o valor excedente é produzido pelos trabalhadores, seria razoável supor que as empresas que investem mais em mão-de-obra e menos em máquinas e matéria-prima teriam uma taxa maior de lucro. Primeiro que a taxa de lucro e taxa de mais-valor são coisas inteiramente diferentes (a taxa de lucro pode variar sem que a taxa de mais-valor tenha se alterado). Segundo, essa concepção não somente é errada, como o que ocorre é justamente o oposto. As empresas com alta composição orgânica<sup>11</sup> são as que tem as maiores taxas de lucro. Isso acontece porque a apropriação de mais-valor por cada empresa é diferente do produzido. Cada setor tem participação no mais valor total de acordo com o capital total investido na produção, independentemente da quantidade de capital variável. As condições de apropriação são dadas pelo preço de produção, obtido através da elaboração de uma taxa média de lucro<sup>12</sup> (CARCANHOLO, 2003).

Finalmente, a rotação do capital também influencia na definição de uma taxa de lucro, portanto também mistifica a origem do mais-valor. Quanto menor o tempo de rotação e maior o número de rotações, uma maior quantidade de mais-valor é produzido e realizado (ao receber mais rapidamente, o capitalista acumula mais rápido e a cada novo ciclo consegue expandir a produção de capital).

### **3.2 Terra-renda fundiária**

A terra, ao contrário do capital, é uma categoria transistórica, assim como o trabalho. Ela existe em cada momento histórico, é um espaço presente na natureza. A terra, na realidade, refere-se a qualquer espaço, seja água, minas, bosques, terrenos para construção, etc. Para a análise concernente, entretanto, será considerada a terra em uma forma histórica particular, a forma que foi alterada com a ação do capital, que pressupõe a expropriação das condições de trabalho do trabalhador, mas é condição para a produção.

A mudança mais notável é que o modo de produção capitalista minimizou as relações de servidão e dominação na propriedade fundiária e, em contrapartida, encerrou o vínculo do proprietário

---

<sup>11</sup> Composição orgânica indica os níveis de produtividade. A firma mais produtiva, isto é, com composição orgânica mais alta, é aquela que utiliza menos capital variável.

<sup>12</sup> Para mais detalhes sobre a transformação de valor em preço de produção ver: Carcanholo (2013) Capítulo 02 – Valor e Preço de Produção.

da terra com o solo, como condição de trabalho. Explicado de outra forma, a terra é um elemento efetivo do processo de trabalho para o trabalhador assalariado, que se dedica diretamente ao trabalho com o solo. Este é empregado por um capitalista, que além de pagar o seu salário, ceder os instrumentos necessários, comprar matéria-prima, etc. precisa pagar “um aluguel” ao proprietário do espaço onde está ocorrendo o seu investimento. Este aluguel é mais comumente chamado de renda fundiária. Em outras palavras, a renda é uma quantidade de dinheiro, acordada previamente entre o capitalista (arrendatário) e proprietário fundiário, dado em troca da concessão do uso da terra por determinado tempo. Assim, no modo de produção capitalista, a terra assume uma forma inteiramente econômica, ou seja, significa simplesmente um rendimento para o proprietário, que não precisa ter mais nenhuma ligação com o espaço além de um papel que comprove seu monopólio.

Isso permite compreender o porquê da fórmula terra-renda fundiária ser irracional. A fórmula afirma que a terra produz renda fundiária (parte do valor total produzido), mas a terra não é uma relação social. A terra é natureza, é uma coisa, um valor de uso que ajuda na produção de alguma coisa que possui valor. No entanto, ele mesmo não possui valor, pois não é fruto do trabalho (no caso, as terras virgens, que o homem não aprimorou com seu trabalho) (CAMPBELL e REUTEN, 2015, p. 261). A fertilidade da terra faz com que certa quantidade de trabalho renda mais ou menos produto, mas ele não intervém no próprio valor do produto.

Ainda que não possua valor, a terra possui um preço, pois, por ser uma propriedade privada, ela é considerada uma mercadoria e pode ser comprada/vendida. Isto posto, o preço do aluguel da terra também é irracional e é determinado fortuitamente. O preço acordado entre o capitalista e o proprietário de terra está relacionado com a quantia que o capitalista espera receber (no futuro) com a venda das mercadorias que virão a ser produzidas no espaço alugado, é rendimento capitalizado.

A especificidade é que, com as condições em que os produtos agrícolas se desenvolvem como valores (mercadorias) e com as condições de realização de seus valores, há também o poder da propriedade fundiária de apropriar-se de uma parte crescente desses valores criados sem sua participação, e uma parte cada vez maior do mais-valor é convertida em renda fundiária (MARX, 2017, p. 701).

Com o desenvolvimento do capitalismo é constatado um aumento na demanda de produtos agrícolas e, conseqüentemente, o aumento da procura por outras terras mais distantes e menos férteis (GONZÁLEZ, 1977, p. 189). Outra opção é o capitalista internalizar essa produção necessária, aumentando a produtividade da terra que já utiliza. De qualquer modo, o resultado é uma tendência no aumento da renda fundiária<sup>13</sup>.

### **3.3 Trabalho-salário**

---

<sup>13</sup> Para mais detalhes sobre a renda diferencial ver Marx (2017) seção VI – transformação do lucro em renda fundiária.

O homem, em qualquer período histórico, independente das formas sociais, procura satisfazer suas necessidades através do trabalho<sup>14</sup>, de natureza intencional. O resultado, entretanto, surge de forma causal, mas sempre possui o caráter de alternativa e contém em si a possibilidade de modificar o próprio indivíduo que fez a escolha, além de modificar o mundo. É importante destacar que os homens não escolhem as circunstâncias sob as quais agem, as condições estão dadas e são produto de um desenvolvimento histórico anterior. Então, o ato singular objetivo que se apresenta como uma opção não pode ser visto separadamente de suas determinações sociais gerais, pois toda ação tem consequências posteriores, quer se tenha consciência disso ou não, quer seja intencional ou não. Toda alternativa é concreta e existe necessariamente um efeito causal no agir, que produz novas alternativas<sup>15</sup>. Dessa forma, é impossível dissociar o homem de circunstâncias sociais, pois o ser humano não é somente um ser biológico, mas social, não podendo ser separado em sua totalidade (LUKÁCS, 2012; 2013).

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2013, p. 120)

O trabalho é o processo de consumo do valor de uso da força de trabalho<sup>16</sup>. Para encontrar força de trabalho como mercadoria o possuidor de dinheiro tem que encontrar o trabalhador livre: livre de qualquer forma de subordinação e despossuídos de meios de produção. No modo de produção capitalista, os trabalhadores são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. O valor dessa força de trabalho, assim como o de todas outras mercadorias, é dado pelo tempo de trabalho necessário para sua produção que, no caso da força de trabalho, é o tempo necessário da produção dos seus meios de subsistência. Já o valor de uso da força de trabalho é ser fonte de valor, inclusive de mais valor do que ela possui. Ao vender sua força de trabalho para o capitalista, o trabalhador, além de criar valor equivalente aos seus meios de subsistência, cria mais-valor para o capitalista durante a parte da jornada denomina de mais-trabalho<sup>17</sup>. A relação que se dá no mercado de trabalho entre os trabalhadores e os capitalistas acaba por mascarar como o valor e o mais-valor são criados.

---

<sup>14</sup> “Nasce assim a única lei objetiva e universal do ser social, que é tão “eterna” quanto ele, ou seja, trata-se igualmente de uma lei histórica, na medida em que nasce com o ser social, mas permanece ativa apenas enquanto ele existir. Todas as demais leis são de caráter histórico já no interior do ser social” (LUKÁCS, 2012, p. 359).

<sup>15</sup> “Para compreender a especificidade do ser social é preciso compreender e ter presente essa duplicidade: a simultânea dependência e independência de seus produtos e processos específicos em relação aos atos individuais que, no plano imediato, fazem com que eles surjam e prossigam” (LUKÁCS, 2012, p. 345).

<sup>16</sup> “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (MARX, 2013, p. 242)

<sup>17</sup> “(...) o valor do trabalho tem de ser sempre menor que seu produto de valor, pois o capitalista sempre faz a força de trabalho funcionar por mais tempo do que o necessário para a reprodução de valor dessa última” (MARX, 2013, p. 609).

A relação de troca entre o capitalista e o trabalhador se converte, assim, em mera aparência pertencente ao processo de circulação, numa mera forma, estranha ao próprio conteúdo e que apenas *o mistifica*. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo está no fato de que o capitalista troca continuamente uma parte do trabalho alheio já objetivado, do qual ele não cessa de se apropriar sem equivalente, por uma quantidade maior de trabalho vivo alheio (MARX, 2013, p. 659, *italico nosso*).

Somente a força de trabalho tem essa peculiaridade de ser fonte de valor, o que demonstra o equívoco dos dois primeiros componentes da fórmula trinitária, ainda que o terceiro componente também seja uma fórmula inaceitável. O salário é manifestação na aparência do valor da força de trabalho, é uma mistificação. Ele aparece como valor ou preço de uma jornada inteira de trabalho, quando na verdade é referente só a parte do trabalho necessário. A forma salário é uma expressão imaginária, pois apaga a divisão da jornada de trabalho e todo o trabalho aparece como trabalho pago. Estabelecer o salário como o preço do trabalho é incoerente, pois o trabalho produz valor, mas não possui valor algum, é somente a medida dos valores. Dessa forma o produto de valor da força do trabalho, que é sempre maior do que o valor da própria força de trabalho, gera um excedente que é concedido ao capitalista sem que ele dê em troca algum equivalente.

“Sobre essa forma de manifestação, que torna invisível a relação efetiva e mostra precisamente o oposto dessa relação, repousam todas as noções jurídicas, tanto do trabalhador como do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões de liberdade, todas as tolices apologéticas da economia vulgar” (MARX, 2013, p. 610).

O trabalho, como valor de uso da força de trabalho, não pode ser responsável pelo valor da força de trabalho. Confundir o tempo de trabalho exercido pelo valor de uso da força de trabalho com o tempo de trabalho socialmente necessário é confundir tempos de trabalho diferentes. Na produção é somente utilizado o valor de uso da força de trabalho. Deste modo, é possível observar que a força de trabalho cria o valor que é apropriado pela forma de salário, mas também cria o mais-valor, que é apropriado em forma de lucro e renda.

#### **4. Conclusão**

“A fórmula trinitária” é o capítulo no qual é possível perceber mais claramente a escolha da estrutura expositiva da obra e o objetivo do autor ao escrever o livro. Na concepção burguesa as formas sociais de produção são mescladas com seus elementos materiais, porque são a forma mais aparente. O autor, então, desde o livro I tenta, com êxito, desmistificar a concepção errônea da economia vulgar.

É demonstrado que a fórmula trinitária oculta e confunde a produção de valor com a sua distribuição entre as classes. É fundamental lembrar, entretanto, que os capitalistas e proprietários de terra são personificações das categorias econômicas, que possuem distintas relações e interesses de classe. Isto posto, é observado que o capitalista se apropria dos juros, o proprietário de terra se

apropriada da renda fundiária e o trabalhador recebe o salário. Em outras palavras, os capitalistas extraem mais-trabalho do trabalhador, que corresponde ao mais-valor e assume a forma de lucro enquanto os proprietários de terra extraem dos capitalistas uma porção desse lucro em forma de renda fundiária. Entretanto, todos os três rendimentos são parcelas do valor geral produzido pelos trabalhadores. Essa é a verdadeira e única fonte de valor: o trabalho. E é justamente o valor que torna possível a apropriação e não o contrário.

A distribuição, por sua vez, deriva da distribuição dos meios de produção e que define sua organização. Para a distribuição ser feita dessa maneira (salários para trabalhadores, juros para capitalistas e renda para proprietário da terra) é necessária a separação entre a força de trabalho e os meios de trabalho e a detenção de monopólio dos meios de produção pela classe dominante (ROSDOLSKY, 2001, p. 42). O capitalismo, então, pressupõe essa estrutura social e continuamente a reproduz.

“(…) as relações de distribuição são essencialmente idênticas a essas relações de produção, expressando-as de modo reverso, de tal forma que ambas compartilham do mesmo caráter historicamente transitório” (MARX, 2017, p. 940).

## 5. Referências

- CAMPBELL, Martha; REUTEN, Geert. **Culmination of Capital**. Palgrave Macmillan, 2015.
- CARCANHOLO, Reinaldo. Sobre a ilusória origem da mais-valia. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 16, p. 76-95, 2003.
- CARCANHOLO, Reinaldo. “Valor e preço de produção (a transformação dos valores em preços de produção)”. In: Carcanholo, R. (Org.). **Capital: essência e aparência: volume 2**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- GONZÁLEZ, Humberto Pérez. **Economia Política do Capitalismo: breve exposição da doutrina econômica de Marx**. Seara Nova, 1977.
- JAPPE, Anselm. As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor. **Lisboa: Antígona**, 2006.
- KOHAN, Néstor. **Fetichismo y hegemonía en tiempos de rebelión**. Editorial de Ciencias Sociales, 2005.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Boitempo Editorial, 2012.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política; Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política; Livro III: o processo global de produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONFARDINI, Rodrigo Delpulpo. **Sobre o fetichismo da mercadoria como base da mistificação da origem da riqueza**. In: Encontro nacional de Economia, 2010, Salvador-BA. Anais do 38º Encontro Nacional de Economia, 2010.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. EDUERJ: Contraponto, 2001.